

# infopharma

Revista da Associação de Farmácias de Portugal

ARTIGO CIENTÍFICO

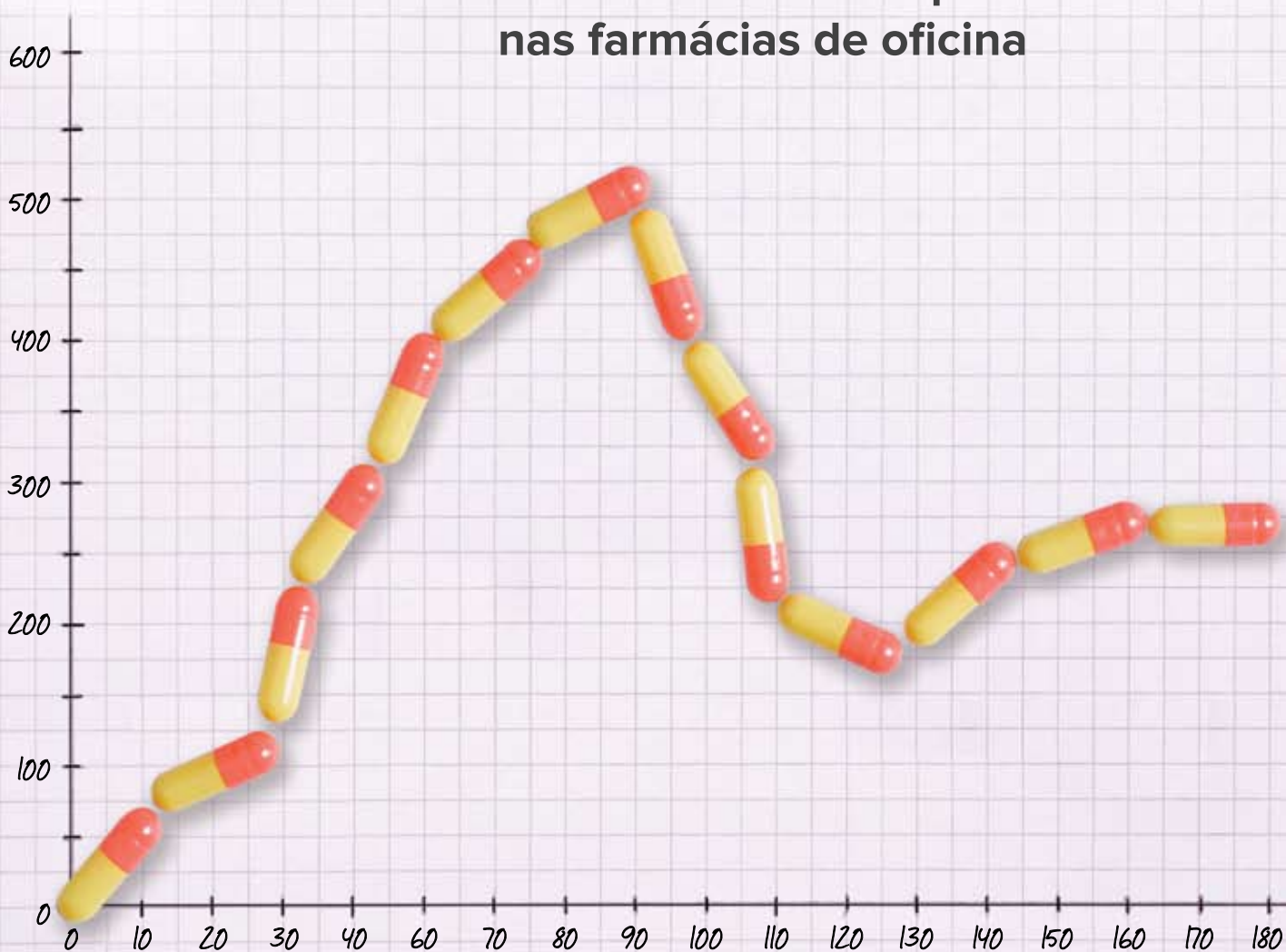
## Picada de insectos

ARTIGO CIENTÍFICO

## Vacinas sem agulha

ENTREVISTA

## A crise Mundial - Impacto nas farmácias de oficina



## A crise Mundial – Impacto nas farmácias de oficina

A crise mundial, segundo dezenas de artigos, teve início nos Estados Unidos da América, entre fins de 2007 e início de 2008. Surgiu inicialmente através do sector imobiliário, alastrando-se pouco tempo depois a outros sectores.

O sector farmacêutico foi igualmente afectado e em Portugal foram tomadas, desde o início da crise, várias medidas para tentar diminuir os seus efeitos, embora as dificuldades continuem muito presentes, forçando mesmo o país a pedir ajuda externa para ajudar a resolver a crise mundial que se abateu sobre a já existente crise nacional presente em Portugal há vários anos.

Quisemos comparar a situação actual vivida em Portugal com a realidade em Espanha e perceber quais as diferenças entres os dois países. Para isso contámos com a colaboração do Dr. Fernando Redondo, Presidente da Federação Empresarial de Farmacêuticos Espanhóis (FEFE) para nos relatar o caso espanhol, sendo que a Dr.ª Helena Castro Machado, Presidente da Associação de Farmácias de Portugal, foi quem relatou o caso português.

A primeira questão que colocámos relacionava-se com a implementação de medidas impostas pelos actuais governos, para o sector farmacêutico, derivado da crise mundial.

Fernando Redondo refere que “as medidas “anti-crise” foram especialmente violentas para o sector farmacêutico. Mediante a promulgação de vários decretos-lei de 2010,

voltaram a tomar-se medidas duras sobre os preços e sobre as margens de comercialização dos medicamentos, que colocaram a farmácia numa situação bastante difícil de sobrevivência. Ao não tomar-se nenhuma medida estrutural, actuando antes sobre o contínuo crescimento de procura de medicamentos compartilhados, o que se sucede é que a farmácia tem muito mais trabalho e muito menos receitas.

Ao proibir-se expressamente os descontos comerciais, limitou-se a capacidade de gestão de compras da farmácia, sem que isso traga qualquer benefício para o Sistema Público de Saúde.

Devido à estrutura de Estado das Regiões Autónomas no nosso país, às medidas implementadas pelo nosso governo, somam-se outras medidas de cada um dos governos autónomos responsáveis pelo pagamento das receitas das farmácias. Estes, para conseguir uma redução do défice público, encontraram um filão nas despesas de saúde, sem avaliarem a difícil situação em que se encontra o sector e sem respeitar as normas de concorrência concedidas pela legislação vigente.

Situação semelhante em Portugal, com o governo a tomar medidas de forma a baixar os custos na saúde. Helena Castro Machado afirma que “houve uma redução obrigatória de 6% em Dezembro, uma redução nas participações dos medicamentos, exclusão de alguns medicamentos das participações (ex: venotrópicos), e ainda a criação do Centro de Conferência de Factura-



**Dr. Fernando Redondo**

Presidente da Federação Empresarial de Farmacêuticos Espanhóis (FEFE)

ção único que permite uniformizar os métodos de conferência e que fará o Estado Português poupar milhões de euros”.

**Perante este cenário, quais são as principais diferenças no sector antes e depois da crise?**

Fernando Redondo julga que seria mais apropriado colocar esta questão à própria Indústria Farmacêutica, no entanto tem vindo a constatar que “a situação não é boa, tal como se reflectiu na diminuição contínua de modelos de controle do sector. Há que ter em conta que durante os últimos anos, antes de surgir a crise, seguiram-se políticas contínuas de redução do preço e implementação de descontos obrigatórios no Sistema Público, o que tem estrangulado quaisquer vestígios de rentabilidade, e que pode colocar em risco a comercia-



lização de alguns medicamentos em Espanha”.

Em Portugal, “a indústria farmacêutica tem sofrido bastante com os cortes na saúde por parte do Estado e verifica-se que cada vez mais aumenta a dívida dos hospitais públicos e isso está a fazer com que a própria indústria deixe de ter dinheiro para se financiar e com esta crise que se tem vindo a acentuar, verifica-se que há cada vez mais despedimentos”, diz Helena Castro Machado.

**Com a crise a acentuar-se cada vez mais, como têm os utentes reagido? Existe um aumento no número de utentes a pedir crédito às farmácias?**

Fernando Redondo refere que “o que se tem notado é uma mudança no sistema de aquisição de MNSRM. Como muitas moléculas deste segmento têm semelhanças com os medicamentos comparticipados, e perante a situação de crise na economia doméstica, deixaram de comprar os medicamentos directamente nas farmácias, fazendo-o agora mediante a apresentação de uma receita médica, o que produz um efeito duplo: um declínio na dispensação desses medicamentos de si, tão importante para a indústria e para a farmácia, e ainda um aumento da despesa pública que tentam depois corrigir com novas medidas para reduzir as despesas”.

Helena Castro Machado garante que “sempre houve crédito nas farmácias, mas que agora tem vindo a aumentar gradualmente, referindo que não se deve ao facto dos medicamentos estarem mais caros, pois se compararmos com os 3 ou 4 anos anteriores pagava-se muito mais do que nos dias de hoje. Tem que ver com o aumento dos impostos, dos créditos e também da alimentação. Actualmente as pessoas têm tendência a pedir só o medicamento que é mais importante (pondo em causa a saúde pública) ou então pedem para pagar mais tarde”.

**Este tipo de situações pode causar problemas financeiros junto das farmácias. Há existência de falên-**

**cias de farmácia, desde o início da crise?**

“Com as sucessivas alterações legislativas e com as constantes alterações dos preços, há farmácias que estão em risco de falência”. Segundo a Presidente da Associação de Farmácias de Portugal, “no caso da descida de preços ocorrida em Dezembro, ainda não estão resolvidos os créditos decorrentes desta redução, no entanto, as farmácias tiveram que repor os stocks, o que implicou um duplo investimento no mesmo medicamento, asfixiando ainda mais as farmácias. Acresce a esta situação o atraso nos pagamentos da ARS Norte melindrando ainda mais a situação das farmácias na região norte”.

Situação que não é muito diferente em Espanha. Fernando Redondo confirma que existem casos de falência referindo mesmo que “algumas mantêm-se abertas de forma quase milagrosa, enquanto outras optaram por tomar medidas drásticas sobre os recursos humanos”. Explica-nos que “os casos mais graves são normalmente verificados em farmácias de âmbito rural, mas também nas grandes farmácias, dado que são obrigadas a regular-se por um sistema de stock obrigatório mediante a facturação mensal o que tem levado ao prejuízo de algumas destas farmácias”.

**Ao nível dos recursos humanos, como têm as farmácias reagido? Tem conhecimento de despedimentos ao nível de farmácias?**

Em Espanha, as farmácias têm ca-

racterísticas semelhantes às farmácias portuguesas. São consideradas pequenas empresas, quase de carácter familiar, com funcionários estáveis de muitos anos, onde existe uma relação muito estreita entre funcionários e proprietários. “Despedir um funcionário é apenas considerado em último recurso, mas ainda assim, já se estão a processar despedimentos porque simplesmente não há outra solução”, assegura Fernando Redondo.

No caso português, Helena Castro Machado afirma: “leva-me a crer que as farmácias comecem a ponderar nos despedimentos, pois como se sabe, os ordenados dos farmacêuticos são elevados e isso incrementa um custo muito pesado à farmácia”. Refere ainda que “se os medicamentos estão constantemente a baixar de preço, significa isso que também diminui a margem de lucro da farmácia, embora custos como a electricidade, o telefone, os funcionários, entre outros, mantêm-se mas com tendência para aumentarem, o que não deixa outra opção aos proprietários de farmácia senão a redução nos Recursos Humanos”.

### **Como caracteriza o sector farmacêutico actualmente, tendo em conta a crise mundial?**

Fernando Redondo considera que “é curioso que, em termos conceptuais, os nossos sucessivos governos têm vindo a defender o nosso modelo de farmácia, talvez motivados pelos excelentes resultados alcançados nos inquéritos de satisfação realizados juntos dos cidadãos e dos utentes. Mas as políticas leva-

das a cabo, estão a levar a farmácia a uma situação muito difícil, e quanto muito, luta-se para se manter o modelo existente.

Ainda mais curioso, é que, muitas vezes para justificar acções que põem em risco este modelo que defende o conceptual, fazem-no com acções de modelos que se supõem ter níveis de aceitação muito mais baixos, ou usando a justificação recorrente, “é o que nós propusemos na Europa”, como já vimos em várias ocasiões e que não é bem assim como provam os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Europeu”.

Já Helena Castro Machado considera que “a presente crise mundial, independentemente de poder vir a antecipar uma mudança de paradigma do modelo económico, tem vindo a demonstrar um espectro de abrangência e de duração que a qualifica como uma das mais dramáticas de sempre, sobretudo em Portugal.

As farmácias não são excepção na exposição à crise e sentem-na de duas formas distintas. Pela necessidade de redução de despesas com a Saúde Pública por parte do Estado e pelo facto dos utentes verem reduzida a sua capacidade em utilizarem todas as potencialidades que a Farmácia Comunitária lhes oferece.

Para mim, farmacêutica, muito para além da actividade comercial, a Farmácia cumpre uma função essencial enquanto elemento final de ligação entre os utentes e o Serviço Nacio-

nal de Saúde enquanto ponto de dispensa de aconselhamento e de medicamentos.

No entanto, e apesar da crise, as Farmácias e os farmacêuticos têm conseguido manter níveis de qualidade na prestação dos serviços aos utentes. Situação que dificilmente se poderá manter caso a crise continue a afectar o sector, como tem afectado.

De qualquer forma, não serão as Farmácias a quebrar o importante elo de ligação com os utentes”.